

Adriano Moreira

MANDELA E O PACIFISMO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

MANDELA E O PACIFISMO

AUTOR

ADRIANO MOREIRA

EDITOR

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

EDIÇÃO

DIANA SARAIVA DE CARVALHO

ISBN

978-972-623-340-4

ORGANIZAÇÃO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa

R. Academia das Ciências, 19

1249-122 LISBOA

Telefone: 213219730

Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt

Internet: www.acad-ciencias.pt

MANDELA E O PACIFISMO

Adriano Moreira

O tema do pacifismo tradicionalmente tem apenas que ver com a guerra, sendo esta definida como um conflito armado entre Estados, detentores considerados legítimos titulares do direito de usar a força para submeter o adversário ao reconhecimento submisso dos seus interesses contestados. Esta limitação do conceito mais corrente entre os estrategas militares e analistas das relações internacionais não implica esquecer o reconhecimento de iguais efeitos com conflitos variados, como rebelião, guerra limitada, guerra fria, guerrilha; por vezes recorrendo às motivações, e por isso falando de guerras religiosas, guerras ideológicas, e, sobretudo neste século XXI, terrorismo. De qualquer modo, o traço comum e articulante de todos os conceitos está no uso da violência para decidir conflitos de interesses. Enquanto o pacifismo de que falaremos procura doutrinar e tornar efetivo esse pacifismo, que apela ao diálogo e à consolidação de interesses, o recurso à violência encontra doutrinadores do instinto inelutável da força, linha onde se destacam Nietzsche e Sorel: a semântica, por seu lado, não evitou falar do comunismo de guerra, ou em crimes de guerra, o primeiro qualificando a ação do Exército Vermelho que desencadeou o triunfo da Revolução Russa que conduziu ao regime que vigorou no leste da Europa até à queda do Muro de Berlim. Quanto aos doutrinadores do instinto, Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900), que viria a ser um defensor do fascismo, assumiu os valores da “força, coragem, orgulho, e decisão”, desconsiderando a influência do cristianismo, socialismo democrático, direitos iguais, porque todos substituíam o sentido da grandeza e da responsabilidade por uma visão sentimental da humanidade. O seu mais conhecido estudo, intitulado “Assim falava Zaratustra” (1883), sustentando que o único dever do homem é ser um “super-homem”, repudiando a obediência a uma “moralidade de escravos”, sobretudo herdeira do cristianismo, inspirou o pensamento do seu livro de 1886, intitulado “Beyond Good and Evil”, assumindo antes força, poder, e vitalidade, no resumo de Scruton. Todavia, o tema da violência não pode deixar de assumir as questões sociais, uma linha em que se distinguiu Georges Sorel (1847-1922), deixando um livro famoso intitulado *Reflections on Violence* publicado em 1908, não muito longe da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e no qual descreveu a violência, não apenas na sua forma de guerra entre soberanias, mas traduzida nas leis, costumes, estruturas, das sociedades civis. Tais violências, traduzidas na diferença entre nobreza e plebe, entre elites proprietárias e hereditárias em relação aos trabalhadores, submetidos a Estados Extractivos, o que implica abranger a arma da greve, isto é, o confronto das classes. Deste modo se afastou porém da visão científica do Marx, porque apoiava a visão reformista, para implantar o mito da mudança orientada pelo projeto político que a greve servia. Curiosamente, estas visões que acompanharam o crescimento da hegemonia dos ocidentais sobre o que chamaram “resto do mundo”, viriam, utilizando a violência militar, a criar impérios coloniais que, usando a força, e a afirmação das diferenças culturais, étnicas, e até

religiosas, consideradas hierarquizáveis, proclamaram os soberanos ocidentais, sobretudo europeus, como “a luz do mundo”, todos assumindo os deveres justificadores, de missionar, civilizar, aculturar. Enquanto no Norte do Globo a guerra continuou a ser o instrumento por excelência das soberanias, uma teoria longa de pensadores deu origem a uma família intelectual chamada dos “Projetistas da Paz”. Disse sobretudo respeito ao Ocidente dos Estados, e particularmente à Europa cristã. É uma corrente que considera a guerra como prejudicial aos interesses do género humano, concluindo que uma “comunidade de Estados” é o que salvaguarda o seu interesse e bem comum: Procuram fazer da arbitragem o principal instrumento da paz, e o primeiro que geralmente é identificado com o qualificativo de “projetistas da paz” é Pierre Dubois, que viveu no século XIV, deixando um tratado chamado *De Recuperatione Terrae Sanctae*, dirigido a Filipe, o Belo, defendendo que a missão contra os infiéis exigia a paz entre os católicos. Mais notável e estruturado é o projeto de George Podiebrad, Rei da Boémia, aconselhado pelo francês Antonio Marini, o principal organizador, que deixava de lado o Imperador e o Papa. Apresentado em 1464, era defendido o federalismo, cujo órgão principal seria um Consistório, espécie de tribunal arbitral. São destacáveis Émeric Crucé (1590-1648) com o seu *Le Nouveau Cynée* de 1623, visando a paz universal onde aparece a ideia, hoje apreciada, da Terra casa comum dos Homens, e sobretudo o projeto Grand Dessein do Rei Henri IV de França, cuja redacção é devida ao Duque de Sully. Lembramos finalmente o projeto de William Penn (1644-1718), fundador da Pensilvânia, com o seu *Essay towards the present and future of Europe by the establishment of European Diet, Parliament or Estates*, de 1693, porque os Estados Unidos virão a ter intervenção mundial na criação quer da Sociedade das Nações quer da ONU¹. Estes autores ocupam-se portanto, e sobretudo, da guerra entre Estados a eliminar por uma estrutura de diálogo orientado pelo valor da paz. Mas há outra face da violência, designadamente armada, que diz respeito à submissão dos povos a poderes políticos que cabem frequentemente na designação de colonizadores, que correspondem à designação genérica de impérios, por vezes cobrindo diferenças culturais sem diferença étnica, como aconteceu na Europa anterior à guerra de 1914-1918, ou marcados pela submissão de etnias diferentes das dominantes pelo poder político, o desafio mais importante da doutrina descolonizadora da ONU, depois da guerra de 1939-1945. É aqui que fica inscrito, na história universal, o nome de Mandela. Talvez contribua para a compreensão do seu pacifismo lembrar brevemente a diferença entre o movimento anti-imperialista de 1918 e o movimento que se inicia com a ONU. No primeiro caso, foi a intervenção do Presidente Wilson com o seu princípio, que ficaria no estatuto da Sociedade das Nações, segundo o qual cada nação deve ser enquadrada por um Estado, que implicou a dissolução do enquadramento anterior da Europa. Desapareceram os Império Alemão, os multinacionais Império Austríaco, Império Russo, e Império Turco, mas não afectando os Impérios Coloniais, marcados pelas diferenças étnico-culturais. Estes Impérios, de facto, estavam como que interdependentes, prevendo o que tenho chamado Império Euromundista, porque eram os Estados europeus da Frente Atlântica que detinham as parcelas: Holanda, Bélgica,

¹ Adriano Moreira, *A Europa em Formação*, ISCSP, Lisboa, 4.^a Edição, 2004

Inglaterra, França, Portugal. No continente americano, havendo problemas internos de conflito étnico-classistas, todavia permaneceram Estados independentes. Por este motivo foi entre os europeus que se tornou corrente a designação de terceiro-mundo para o conjunto dos povos colonizados, ao mesmo tempo que entre esses povos seria o Ocidente, que abrangia os Estados do Continente Americano e a Europa, que eles viriam a considerar unitariamente como compostos pelos maiores agressores dos tempos modernos. Foi esta relação de subordinação colonial que fez crescer e tornar ameaçadora a criação dos mitos raciais, que foram sobretudo os do negro, do mestiço, do judeu, e do branco superior, o que não impedia a existência, dentro da própria colônia, de diferenciações hierarquizadas como na Índia. A Unesco tem desenvolvido uma acção importante neste domínio, que neste século XXI está todavia a ver crescer o anti-islamismo. Mas na área do Império Euromundista, o movimento contra o sistema encontrou dirigentes e até organizou conferências sucessivas que consolidaram a luta contra os ocidentais: a primeira foi a Conferência de Bandung, em Abril de 1955, que reuniu os que Soekarno chamou os povos mudos do mundo, todos de cor, adversários dos brancos; logo em 1958, sob os auspícios do Coronel Nasser, reuniu no Cairo uma conferência que juntou ao grupo dos povos de cor os povos colonizados; e finalmente, em 1968, já com Castro a governar Cuba, ali se reuniu nova conferência que estrutura a união com o conceito de povos pobres, explorados pelos povos ricos. Para não tornar muito longa esta intervenção, podemos partir do conceito operacional de sociedades mistas, porque em cada colônia a mistura das etnias e culturas, dominantes e dominadas, era inevitável, com os conflitos inerentes, agravados pelos desígnios libertadores da Carta da ONU. Justamente foi na África do Sul que toda a temática das conferências, que ficaram referidas, se agudizou. Brancos titulares do poder, pretos dominados, indianos desconsiderados, mestiços suspeitados. O regime do *apartheid* foi o mais detestado pelos signatários da Carta da ONU, e as lideranças locais multiplicaram-se. O recurso à violência generalizou-se, e a destruição do Império Euromundista foi acompanhado por um rasto de destruições, de bens, de pessoas, e de valores: a Holanda com dificuldades severas na Indonésia, a França com o esmagamento do exército no Vietname, e o drama na Argélia onde a resistência foi ordenada por Mitterrand, a longa guerra no Congo Belga, os cerca de quatrocentos a quinhentos mil mortos para separar o Paquistão da União Indiana, e finalmente a chamada “guerra colonial portuguesa” que terminou com o 25 de Abril. Nesta deriva para a violência, o levantamento das populações do “terceiro mundo”, como os europeus usavam chamar, tomou mais de uma orientação, mas talvez deva ter como ponto de partida a doutrinação do Cura Merlier, morto pela greve de fome em 1730, e que escreveu: “os ricos e grandes da terra pilham e oprimem os povos pobres”; para alterar a situação parecia-lhe necessário “derrubar os tronos e dominações”. A intervenção armada contra o Império Euromundista seguiu quatro modelos principais: a) a guerra das massas populares; b) a técnica do foco insurreccional; c) a guerrilha urbana; d) o terrorismo interno e internacional. A guerra das massas populares teve como figuras principais Mao e Giap, o primeiro inspirador da libertação da China da hegemonia vinda do exterior e criador do comunismo chinês, o segundo conduzindo o chamado Exército Popular do Vietname, nenhum deles sendo militar profissional: o seu

princípio era que na guerra popular o fator decisivo são os homens e não o material bélico; a segunda orientação foi o “castrismo”, que parece estar a caminho de um ponto final em Cuba com a recente visita de Obama, e que fez emergir uma figura que arrastou a juventude, Che Guevara, que doutrinava que o foco revolucionário, sobretudo na América Latina subdesenvolvida, é no campo que encontra o terreno fundamental de luta; depois, a guerrilha urbana, que Carlos Marighella encarnou depois da morte de Che Guevara, doutrinando o uso simultâneo da guerrilha urbana, da guerrilha rural, e a guerra psicológica. A síntese de tudo é que à violência estrutural da sociedade construída pelo Ocidente, que condena, tem de responder-se com toda e qualquer forma de violência física que a destrua. Os movimentos que se desenvolveram na parcela portuguesa do Império Euromundista todos adotaram a técnica da guerrilha, o método do povo insurreccional, muitas vezes com sede fora do território, como aconteceu na Guiné, Angola e Moçambique, obtendo solidariedades internacionais e usando os métodos recomendados pela guerra subversiva (in Adriano Moreira, *Ciência Política, passim*, 5.^a Edição, Almedina, 2012). Julgo dever salientar-se que estes movimentos não corresponderam ao modelo Nação-Estado das Sociedade das Nações porque eram em geral povos limitados por fronteiras arbitrárias impostas pelo colonizador, nem ao modelo de igual dignidade da Carta da ONU, porque muitos viriam, depois da independência, a criar organizações políticas dominadas pela brutalidade do poder: o conceito foi o de “deixem passar o meu povo, liberto do poder colonial”. Existiram movimentos que procuraram a solução pelo acordo, e entre nós lembro o Grupo de Margão que queria uma Constituição Federal para Portugal, assim evitando a anexação pela União Indiana, que veio a consumir-se, e a proposta rejeitada de um estatuto de Ilhas Adjacentes para Cabo Verde. Mas o que foi novo foi o sopro de santidade que fez aparecer vozes e comportamentos encantatórios no sentido de obter os mesmos resultados pacificamente. Na sede do colonialismo Euromundista, a congregação de esforços dos Chefes dos governos da França, da Alemanha, da Itália, que deram corpo a uma União Europeia, tendo sofrido duas guerras mundiais na mesma geração, visou impedir novo desastre no futuro, procurando a reconciliação, a cooperação, a unidade de conceito estratégico em vez da retaliação pelos sofrimentos vividos: uma guerra sem vencedores nem vencidos. Mas na área da descolonização, esse sopro de santidade revelou dois homens que ficarão como referência para as gerações do futuro: Gandhi e Mandela. Ambos tendo vivido domínios políticos extrativos, exploradores das matérias-primas, do monopólio do mercado dos produtos acabados, e da imposição do nível dos salários, em favor do dominador estrangeiro; ambos vivendo a discriminação baseada nos mitos raciais; ambos considerando que a paz devia e podia ser obtida por métodos pacíficos. O primeiro, na Índia que dignificara a Rainha Vitória com o título que desejava de Imperatriz, criou a resistência passiva, usou a greve da fome com o efeito inesperado de o poder inglês temer que a morte do guia fosse imputada ao dominador, e finalmente morrendo assassinado por fanáticos que contrariavam o seu desejo de não ver separados muçulmanos e indianos. O segundo, que hoje homenageamos, com um trajeto de vida que levou do espírito de revolta armada — deixem passar o meu povo — ao espírito de conciliação que sintetizou no conceito que se tornou guia: somos todos sul-africanos, negros, mestiços, indianos, brancos, uma

adesão e uma proclamação notável da igual dignidade de todos os homens, da terra casa comum da Humanidade. A sua autobiografia é comovedora, mas talvez o seu melhor biógrafo seja Anthony Sampson, autor de *Mandela: the Authorised Biography*, de 1999. Trata-se, no que toca à sua evolução espiritual, em resposta à circunstância que viveu, de uma das mais surpreendentes passagens pelo mundo, sobretudo do agitado século XX. Nascido numa família principesca, formado em Direito, a sua compreensão da relação da cultura do seu povo com os Direitos Humanos que o Direito também consagra, encaminhou-o para a luta destinada a libertar a sua gente da condição que Charles Derber, num livro célebre de crítica a Piketty, chamou *The Disinherited Majority* (2015), (*A Maioria Deserdada*). Por isso foi preso, e durante vinte e sete anos da sua vida, cortado da ação direta, mas não do pensamento, da evolução do seu espírito, na convicção de que pelo poder do exemplo e da palavra, poderia ganhar a paz, ao mesmo tempo que a evolução internacional, incluindo a ONU, condenasse o *apartheid*: enriquecia a estrutura do Estado independente, mas obedecendo a um modelo não extrativo mas sim inclusivo. Ao mesmo tempo a sua família, em relação à qual o amor por Winnie e pelos filhos viria a animá-lo a sobreviver, mas a encontrar atingida destrutivamente quando o libertaram. Nessa prisão, na ilha que podemos ver, pisando o Adamastor, numa linha em que o Atlântico e o Índico se encontram, se afastou também dos movimentos inspirados pelo marxismo, recusou cedências ao governo de que era prisioneiro, e finalmente era recebido como o mensageiro esperado da libertação. Mas considerando que a liberdade física, sem a qual perdera a juventude, tinha de ser complementada pela liberdade que defendia da articulação cívica das comunidades, sem distinções étnicas, sem tolerâncias insuficientes, mas com respeito mútuo e bem comum assumido. Morreu em paz com os seus, com paz espiritual, com paz na crença de um futuro em que todos fossem sul-africanos. Daqui as Comissões de Reconciliação, em que o seu amigo fiel Bispo Desmond Tutu desempenhou um papel fundamental. Na anarquia em que nos encontramos neste século XXI sem bússola, onde faltam as vozes encantatórias que o século passado ainda ouviu, Mandela é uma inspiração para que a batalha da esperança encontre vozes, ação, projeto, e paz.

(Comunicação apresentada no Instituto de Estudos Académicos para Seniores, no ciclo de conferências A paz e o pacifismo, a 18 de abril de 2016)